

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 396, DE 2008

Acrescenta Parágrafo Único ao artigo 54, modifica o inciso III do artigo 96, acrescenta o Parágrafo Único ao artigo 96, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relator: Deputado MÁRIO HERINGER

I - RELATÓRIO

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Cleber Verde, propõe alteração à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social, para permitir, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, renúncia às aposentadorias por tempo de contribuição, especial e por idade.

No caso da renúncia a essas aposentadorias, ficam garantidas, ao segurado, a contagem do tempo de contribuição utilizado na aposentadoria renunciada para a obtenção de outro benefício previdenciário em qualquer regime, bem como a não devolução dos valores recebidos.

Em sua justificativa, o Autor alega que a renúncia às aposentadorias referidas visa proporcionar uma situação mais favorável ao segurado, ou seja, o recebimento de outra aposentadoria de valor mais elevado na atividade pública ou privada.

Objeta quanto à devolução dos valores recebidos por estes terem natureza alimentícia, além de o segurado ter cumprido todos os requisitos legais exigidos para a obtenção do benefício que os gerou.

Afirma que o Poder Judiciário tem reconhecido a renúncia à aposentadoria previdenciária em várias instâncias, inclusive no Superior Tribunal de Justiça, expondo votos, decisões e acórdãos, dos quais destacam-se os seguintes entendimentos:

- A doutrina e a jurisprudência já consolidaram o conceito de desaposentação, por se tratar de direito patrimonial disponível, sendo a mesma permitida de forma monocrática pelo Superior Tribunal de Justiça.
- A renúncia à aposentadoria constitui direito do segurado, a qualquer momento, uma vez demonstrada a existência de situação mais favorável ao mesmo decorrente dessa renúncia. Terá efeitos a partir de sua postulação, sem devolução dos valores recebidos, eis que estes de natureza alimentícia e legalmente devidos.
- Inexiste na legislação previdenciária óbice à renúncia de benefício, não se referindo os diplomas legais pertinentes à desaposentação. De fato, nem mesmo uma lei poderia inibir o direito do segurado contribuinte à desaposentação para obter, em decorrência, um benefício mais vantajoso. Assim, as normas previdenciárias inferiores – Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, art. 181-B, e Instrução Normativa INSS/DC nº 78, de 16 de julho de 2002, art. 448 – que obstam a renúncia à aposentadoria não possuem sustentação jurídica.

- A alegação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para negar a renúncia à aposentadoria, de ser a concessão do benefício um ato jurídico perfeito, não prospera, uma vez que este ato não pode representar valor absoluto devendo ser, no caso, avaliado **vis a vis** aos princípios constitucionais do direito social.
- Ao segurado aposentado que permanece ou retorna à atividade abrangida pela Previdência Social, são exigidas contribuições como aos demais, sem, entretanto, ter o mesmo direito às prestações previdenciárias, à exceção do salário-família e da reabilitação profissional, se empregado. Em observância a disposições constitucionais relativas à previdência social, esse segurado deveria ter direito a todas as prestações do sistema e à renúncia à aposentadoria para fazer jus a outra mais vantajosa.

Afirma, ainda, que o Tribunal de Contas da União vem proclamando o direito do servidor público de renunciar à aposentadoria para obter outra mais vantajosa em outro cargo público.

A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à apreciação do Plenário.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Complementar nº 396, de 2008, ao propor a renúncia de aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, vem sanar lacuna nas leis regentes, que não fazem referência à desaposentação do segurado.

O Instituto Nacional do Seguro social – INSS nega, sistematicamente, os pedidos de desaposentação com os argumentos de ser a concessão do benefício ato jurídico perfeito e, portanto, não desconstituível; e de ser as aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e especial irreversíveis e irrenunciáveis, após sua concessão, por força do art. 181-B do Decreto nº 3.048, de 1999 – Regulamento da Previdência Social.

Por outro lado, o Poder Judiciário vem dando ganho aos demandantes nessa lide, reconhecendo, com propriedade, entre outros, que o ato jurídico perfeito não pode se sobrepor aos princípios constitucionais que regem a previdência social; que um decreto ou ato administrativo não pode extrapolar a lei; que os benefícios constituem direito patrimonial disponível e que as contribuições obrigatórias vertidas ao RGPS pelo segurado aposentado devem gerar-lhe o direito às prestações, a exemplo, uma aposentadoria de valor maior, mediante renúncia à primeira.

Os pedidos de renúncia de aposentadorias no âmbito do RGPS decorrem, basicamente, dos baixos valores das rendas mensais destes benefícios. Contribuem para a insuficiência desses valores o baixo poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores – base de cálculo dos benefícios e o limite máximo do salário-de-contribuição, fixado hoje em apenas R\$ 3.038,99. Agregue-se a isso a adoção do “fator previdenciário” no cálculo do benefício, a partir de 1999, o qual, em função da idade e do tempo de contribuição do segurado e da expectativa de vida da população implica redução do valor da renda mensal em até mais de trinta por cento.

A ausência de idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, as aposentadorias proporcionais concedidas e a precariedade financeira das famílias, que leva os cidadãos a ingressarem muito cedo no mercado de trabalho, redundam em aposentadorias precoces.

Obviamente, o segurado aposentado com proventos insuficientes, bastante reduzidos em relação à sua remuneração na ativa, ainda em idade laboral, permanecerá ou retornará à atividade contribuindo de forma obrigatória para o RGPS. Uma vez tendo melhorado seus rendimentos, almejará um benefício de valor mais elevado. Poderá, também, esse segurado ingressar no serviço público e, após cumprir os requisitos ali exigidos, pleitear uma aposentadoria com proventos significativamente superiores àqueles auferidos na Previdência Social. Em ambos os casos, o segurado necessitará do tempo de contribuição total ou parcial utilizado na concessão da primeira aposentadoria para computar na nova aposentadoria e, para obtê-lo, deverá renunciar ao benefício anterior.

Diante dessa situação mostra-se incongruente impedir o segurado aposentado de implementar uma outra aposentadoria mais favorável ao negar-lhe o direito de renúncia ao primeiro benefício.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 396, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado MÁRIO HERINGER
Relator